

As práticas educativas do Colégio Estadual do Campo Paulo Freire em Francisco Beltrão – PR e a permanência dos jovens no meio rural

 Gilberto Mattos Cordeiro¹,  Suely Aparecida Martins²

^{1, 2} Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Centro de Ciências Humanas (CCH). Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEFB). Rua Maringá, nº 1200, Bairro Vila Nova. Francisco Beltrão - PR. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: gga_mattos@hotmail.com

RESUMO. O artigo apresenta resultados de pesquisa desenvolvida no âmbito do mestrado em Educação e tem como objetivos analisar as práticas educativas realizadas no Colégio Estadual do Campo Paulo Freire, em Francisco Beltrão, identificar sua importância na relação estabelecida com os jovens e suas famílias, bem como as possibilidades e limites do trabalho desenvolvido pela escola para permanência dos jovens no campo. A pesquisa foi qualitativa, utilizando-se de questionários com questões abertas aos educandos e educadores, além da análise de documentos. Os resultados da pesquisa demonstram práticas educacionais alicerçadas no planejamento coletivo interdisciplinar com base na formação continuada dos educadores e no contexto no qual a escola está inserida, possibilitando a aproximação da instituição com a realidade dos jovens e de suas famílias. Todavia, a maioria dos jovens não projeta sua vida no campo em decorrência das dificuldades enfrentadas por eles e seus familiares. Dentre as dificuldades destaca-se aquelas que dizem respeito à sociabilidade juvenil como a falta de lazer e qualidade ruim de acesso ao sinal da internet.

Palavras-chave: escola do campo, educação do campo, juventude do campo, ensino médio.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 9	e16227	UFNT	2024	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	------	------	-----------------



The educational practices of the Paulo Freire State College in Francisco Beltrão - PR and the permanence of young people in rural areas

ABSTRACT. The article presents results of research carried out within the scope of the Master's in Education and aims to analyze the educational practices carried out at Colégio Estadual do Campo Paulo Freire, in Francisco Beltrão, to identify their importance in the relationship established with young people and their families, as well as the possibility and limits of the work developed by the school for the permanence of young people in the countryside. The research was qualitative, using questionnaires with open questions to students and educators, in addition to document analysis. The research results show educational practices based on interdisciplinary collective planning based on the continuing education of educators and the context in which the school is inserted, enabling the institution to approach the reality of young people and their families. However, most young people do not plan their life in the countryside due to the difficulties faced by them and their families. Among the difficulties, those related to youth sociability stand out, such as lack of leisure and poor quality of access to the internet signal.

Keywords: rural school, rural education, rural youth, high school.

Las prácticas educativas del Colegio Estadual del Campo Paulo Freire en Francisco Beltrão - PR y la permanencia de los jóvenes en el medio rural

RESUMEN. El artículo presenta resultados de investigaciones realizadas en el ámbito de la Maestría en Educación y tiene como objetivo analizar las prácticas educativas realizadas en el Colégio Estadual do Campo Paulo Freire, en Francisco Beltrão, para identificar su importancia en la relación establecida con los jóvenes y sus familias, así como la posibilidad y límites del trabajo desarrollado por la escuela para la permanencia de los jóvenes en el campo. La investigación fue cualitativa, utilizando cuestionarios con preguntas abiertas a estudiantes y docentes, además del análisis de documentos. Los resultados de la investigación muestran prácticas educativas basadas en la planificación colectiva interdisciplinaria a partir de la formación permanente de los educadores y el contexto en el que se inserta la escuela, lo que permite a la institución acercarse a la realidad de los jóvenes y sus familias. Sin embargo, la mayoría de los jóvenes no planifican su vida en el campo debido a las dificultades que enfrentan ellos y sus familias. Entre las dificultades destacan las relacionadas con la sociabilidad juvenil, como la falta de ocio y la mala calidad del acceso a la señal de internet.

Palabras clave: escuela rural, educación rural, juventud rural, bachillerato.

Introdução

O Colégio Estadual do Campo Paulo Freire, localiza-se no município de Francisco Beltrão, região sudoeste do Paraná. A partir da década de 1980 houve o crescimento do êxodo rural neste município, parte em decorrência do processo de sua industrialização. Na década seguinte, trabalhadores do município e da região se organizaram e ocuparam terras no município, forçando o Estado ao processo de desapropriação e assentamento de várias famílias, constituindo-se assim, o Assentamento Missões. Junto com o acampamento e depois o assentamento veio a luta pela escola. Logo, a escola se insere na dinâmica de luta dos trabalhadores do campo pelo acesso à educação e a escola. Neste processo, a Educação do Campo foi constituindo-se em oposição a educação rural, historicamente vinculada aos interesses das classes dominantes do campo.

Desde 2015, o referido colégio vem organizando seu processo formativo e práticas pedagógicas tendo como referência a Educação do Campo, portanto, comprometido com um projeto educativo que reconheça o campo como lugar de vida e a necessidade da escola como espaço de construção coletiva que possibilite aos jovens o acesso ao conhecimento em diálogo com sua realidade. Considerando tais questões, neste artigo buscamos analisar as práticas educativas realizadas no Colégio Estadual do Campo Paulo Freire, sua importância na relação estabelecida com os jovens e suas famílias, bem como as possibilidades e limites do trabalho desenvolvido pela escola para a permanência dos jovens no campo.

Quanto a metodologia para a realização deste trabalho, realizamos uma pesquisa qualitativa, com análise de documentos e realização de questionários. O principal documento analisado foi o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, além de leis e decretos referentes a educação e a escola do campo. Foram enviados questionários com questões abertas aos educadores da escolaⁱ. Tivemos o retorno de 5ⁱⁱ, sendo que 1 atua na direção, 2 na coordenação pedagógica e 2 como docentes. Apenas dois (que nesta pesquisa foram denominados de educadores A e B), fazem parte do quadro de professores efetivos do Paraná e atuam na escola a mais de 5 anos, os outros três (denominados Educadores C, D e E), assim como a grande maioria daqueles que atuam no Colégio, são contratados via Processo Seletivo Simplificado (PSS), com pouco tempo de trabalho na referida escola e sem a certeza de permanência nela, revelando que a rotatividade do corpo docente é uma constante.

Em relação aos discentes, foram selecionados para participarem da pesquisa os estudantes matriculados no terceiro ano do Ensino Médio em 2022, sendo o critério utilizado para este recorte o fato de eles estarem em processo de conclusão desta etapa de escolarização, portanto, com uma trajetória escolar maior. Num total de 13 discentes, todos participaram desta pesquisa, respondendo a um questionário com questões abertas, destes são 5 rapazes e 8 moças, com idade entre 16 e 17 anosⁱⁱⁱ. Em sua maioria vivem de atividades relacionadas à agricultura familiar (cultivo de soja, milho e hortifrúti) e, principalmente com a pecuária leiteira. Esta que exige trabalho assíduo todos os dias, e que representa maior parte da fonte de renda mensal da maioria das famílias dos educandos. Estas famílias residem aproximadamente de 20 a 30 quilômetros da sede do município, e de 01 a 12 quilômetros de distância da escola, distribuídas em 11 comunidades. Ainda com relação aos estudantes, estes residem com seus pais e frequentam a mesma escola há mais ou menos 12 ou 13 anos, com exceção de um que chegou à escola há pouco mais de dois anos.

Além dos questionários, realizamos um encontro presencial com jovens do terceiro ano, em sala de aula, que contou com a participação de 13 jovens no dia 26 de julho, no qual mediamos uma conversa sobre a temática desta pesquisa com a finalidade de enriquecer os dados coletados com o questionário.

A partir dos dados coletados, dialogamos com autores da Educação do Campo, entre eles Caldart, 2012; D’Agostini, 2012; Sousa, 2017; Ghedini et al., 2020, entre outros.

O artigo está organizado em três partes. Inicialmente, contextualizamos o Colégio Estadual do Campo Paulo Freire, com destaque para a formação continuada de professores e a rotatividade de professores como características presentes na escola. Dando continuidade, conceituamos a Educação do Campo, bem como sua importância para a formação dos jovens, considerando sua permanência no campo. Por fim, apresentamos e analisamos algumas práticas pedagógicas desenvolvidas pela escola no processo formativo dos jovens, destacando o planejamento coletivo, a proximidade com a realidade dos jovens e de suas famílias e questões relativas a permanência dos jovens no campo, demonstrando que para os jovens do campo sair é uma opção frente a falta de condições reais para permanência.

O colégio estadual do campo Paulo Freire

De acordo com o INEP, 2019, 2020 & PNAD, 2020, a educação do campo teve em 2009, 6.315.074 matrículas, sendo que em 2019 registrou-se uma queda de 15,6%, passando

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 9	e16227	UFNT	2024	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	------	------	-----------------

para 5.328.818 matrículas. Porém, se verificou que apenas 75% da população em idade escolar no meio rural estava frequentando a escola. Isso, também está relacionado ao fechamento de escolas no meio rural. Entre 2002 e 2019, 48% do total existente de escolas no campo fecharam, significando um aumento de 69% do fechamento de escolas (INEP, 2020).

Porém, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio entre os jovens de 15 a 17 anos, passou de 71,1% em 2019 para 74,4% em 2020, representando 11% a mais do que o registrado no ano de 2014, ano que entrou em vigor o Plano Nacional de Educação (PNE) (PNAD/Contínua, 2020). Todavia, é importante considerar que a política de oferta de escolas de nível médio no campo é recente e que na maioria das regiões do Brasil os jovens precisam se deslocar para as cidades para darem continuidade nos estudos.

No estado do Paraná são mais de 540 escolas estaduais no campo que estão distribuídas em 31 Núcleos Regionais de Educação, atendendo nos níveis fundamental e médio, conforme dados do Boletim da Articulação Paranaense por uma Educação do Campo (2019). A região Sudoeste do Paraná é composta por três núcleos regionais de educação (Francisco Beltrão, Pato Branco e Dois Vizinhos), com 277 instituições de ensino, sendo 84 escolas do campo, e 22 delas oferecem Ensino Fundamental e Médio (Paraná, 2020). Em 2007 eram 8.919 estudantes nas escolas públicas do campo na região sudoeste do Paraná, já em 2019, eram 5.738 estudantes, portanto, uma diminuição de aproximadamente 35% no período de 2007 a 2019 (Bonamigo & Belletini, 2020, 232).

Em relação ao fechamento de escolas do campo, no período de 2007 a 2019, não houve o fechamento de escolas estaduais, o número de escolas manteve-se, pois se fecharam duas escolas do campo, porém, abriram-se duas novas escolas, sendo uma em 2008 no município de Ampere e outra em 2010 no município de Coronel Domingos Soares (Bonamigo et al., 2020, p. 209). No que se refere as escolas municipais, foram em toda a circunscrição do NRE de Francisco Beltrão, 5 escolas cessadas, sendo 01 em Barracão, 01 em Marmeleiro, 02 em Realeza e 01 em Santa Isabel do Oeste, todas entre os anos de 2000 e 2019.

Atualmente, no NRE de Francisco Beltrão são 04 colégios no campo, sendo o Colégio Estadual do Campo Bom Jesus, no município de Marmeleiro, Colégio Estadual do Campo Marechal Deodoro, no município de Verê, Colégio Estadual do Campo Vista Alegre, no distrito de Vista Alegre em Enéas Marques e o Colégio Estadual do Campo Paulo Freire em Francisco Beltrão, sendo que as demais escolas estaduais do campo atendem somente o ensino de nível fundamental.

O Colégio Estadual do Campo Paulo Freire, está localizado no Assentamento Missões à cerca de 21 KM da cidade de Francisco Beltrão, no Paraná. Iniciou suas atividades junto à comunidade no ano de 2005, sendo fruto da luta dos trabalhadores do campo tanto pelo acesso à terra, como pelo acesso à escola e a educação do campo. Começou atendendo educandos do assentamento e de 11 comunidades vizinhas, todos filhos de agricultores familiares que sobrevivem num contexto de pequena agricultura e da produção de leite. Esses educandos são levados até o colégio por meio de transporte público e gratuito.

A implantação do colégio aconteceu no Assentamento Missões, decorrente da iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), das comunidades vizinhas e da Comissão Municipal de Educação do Campo, após um período de discussões, haja vista, que a região apresentava a necessidade de uma escola pela demanda de jovens estudantes advindos do ensino fundamental, da escola municipal já existente na comunidade.

O Colégio de Ensino Fundamental e Médio obtém autorização de funcionamento através do Parecer 571/2005 e reconhecimento através da Resolução nº 1.130 de 18/04/2005, com três turmas simultâneas de 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio. Do período de constituição da escola até 2011, o Ensino Médio funcionava como escola da cidade. Somente em 2011, a escola passa a ser chamada de Colégio Estadual do Campo Paulo Freire, sendo que a partir de 2015 a Educação do Campo passa a orientar de maneira efetiva o seu trabalho.

Neste ano, iniciou-se em parceria com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), um projeto de extensão focado na rearticulação das escolas públicas do campo com acompanhamento e formação de professores de algumas escolas e colégios estaduais do campo^{iv}, vinculados ao Núcleo Regional de Educação de Francisco Beltrão. Assim, o Grupo de Estudos em Educação, Formação Humana e Movimentos Sociais Populares (GEFHEMP), buscou contribuir para rearticular as escolas do campo, propiciando a formação continuada de professores e a interdisciplinaridade, com foco nos vínculos estabelecidos na comunidade.

Portanto, com o envolvimento da universidade, escola e comunidade, o projeto de extensão concentrou seus trabalhos na formação e articulação de professores que atuam na educação do campo, constituindo-se como espaço de formação e troca de experiências e práticas desenvolvidas nas escolas do campo. Assim, em 2017 surge a Rede de Formação de Professores pelo Fortalecimento das Escolas Públicas do Campo: Caminhos de Conhecimento e Resistência (REFOCAR), tendo também o objetivo de propiciar vínculos identitários e de pertença nas escolas públicas do campo. É importante considerar que a REFOCAR está vinculada a Articulação Paranaense por uma Educação do Campo (APEC),

que foi criada no ano 2000, e contou com o envolvimento de diversas entidades e sujeitos coletivos, entre eles a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASESSOAR), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Universidades, Movimentos Sociais do Campo, Sindicatos, etc.

Consideramos que este movimento de rearticulação das escolas do campo contribuiu para o Colégio Estadual Paulo Freire buscar a efetivação de um trabalho formativo em consonância com a Educação do Campo, conforme consta no seu Projeto Político Pedagógico (PPP, 2020). Portanto, segundo o seu PPP, a Educação do Campo, se coloca com sua especificidade na construção do conhecimento onde possa propiciar uma formação que leve os indivíduos a consciência coletiva e sua autonomia, mas, sobretudo uma formação humana que atenda as perspectivas dos jovens camponeses.

Atualmente, o colégio conta com 107 educandos, sendo que destes, 67 estão no ensino fundamental e 40 no ensino médio, estes matriculados no período matutino. No que concerne ao corpo docente que atua no Ensino Médio, em 2022 foi composto por 14 professores, 02 pedagogas, sendo que uma atua no Ensino Médio (em regime Processo Seletivo Simplificado) e outra nos anos finais do Ensino Fundamental, destes nenhum reside no meio rural e todos se deslocam da área urbana de Francisco Beltrão por meio de transporte próprio. Compõem ainda o quadro de funcionários 02 técnicos administrativos, 01 merendeira e 03 de serviços gerais (conservação e limpeza), sendo que todos são terceirizados. Dos 14 professores, 13 são contratados via regime Processo Seletivo Simplificado, a maioria atuando pela primeira vez na escola. Isto demonstra que a rotatividade de professores na escola é alta, o que se constitui como elemento que dificulta trabalhar com mais efetividade as questões específicas da escola e da educação do campo.

Isto fica nítido na fala do Educador B, quando diz que a “rotatividade é um dos grandes problemas para consolidação da identidade do professor com a Educação do Campo e com a escola do campo”. Problemática também posta pela educadora A:

A rotatividade dos professores é de aproximadamente 90% todo ano letivo. São poucos professores que são lotados no estabelecimento e que continuam com o trabalho nos anos seguintes. Essa rotatividade é dificultosa no sentido de inserir os professores no processo da escola, quando conhecem as práticas e compreendem seus objetivos são “trocados” de escola.

Com a rotatividade de professores sendo bastante alta, se torna difícil, o processo de adaptação dos novos educadores a realidade da escola, pois, segundo Ghedini (2020), o acompanhamento e a formação continuada para adaptação à modalidade de Educação do Campo ficam comprometidos, visto que estes professores acabam não permanecendo na escola.

Observa-se, portanto, que a rotatividade de professores na escola, incide sobre o trabalho desenvolvido por ela. Esta situação é, em parte, contornada com a formação continuada de professores desenvolvida junto com a universidade que possibilita, mesmo aos professores recém-chegados, o contato com a Educação do Campo. Mesmo assim, esta instabilidade da permanência de um quadro efetivo na escola acaba dificultando o trabalho da escola, bem como o próprio processo formativo que perde sua continuidade. Alerta Bonamigo et al:

Essa rotatividade é um fator que merece atenção especial dos gestores, tendo em vista que uma parte deles reside na área central dos municípios e enfrentam dificuldade de acesso à escola, por causa das condições das estradas e da falta de ajuda de custo para a locomoção (Bonamigo et al., 2020, 202).

Ainda nas palavras deste autor, a formação continuada fica comprometida, quando se aborda a questão da identidade com a educação do campo e a escola do campo, por mais que haja o esforço por parte da escola e da universidade no processo formativo dos educadores.

Como foi demonstrado o Colégio Paulo Freire, desde 2015, vem desenvolvendo seu trabalho com base nos princípios da Educação do Campo. Neste sentido, torna-se importante apresentar, ainda que de forma sucinta, sua definição, como ela se constituiu em contraposição à educação rural e sua importância para um projeto formativo que considera seus sujeitos e a necessidade de se construir mecanismos para a permanência da juventude no campo.

Educação do Campo e juventudes

A Educação do Campo é fruto das lutas protagonizadas pelos movimentos sociais do campo. “Esta educação pode ser entendida como uma forma de educação popular, principalmente por estar pautada na educação de massa e de classe, voltada para a transformação social a partir de princípios humanistas” (D’Agostini, 2012, p. 459). Mas, é

somente no final da década de 1990 que realmente o debate vai ganhar corpo, liderado pelos movimentos sociais populares ligados a reforma agrária e que se engajaram também na luta por uma Educação do Campo com um projeto de emancipação focado no desenvolvimento social, de sustentabilidade e de respeito à diversidade e as subjetividades dos sujeitos.

A EdoC nasce no seio dos movimentos sociais da luta pela terra, com atuação mais enfática do MST. Este Movimento^v ajuda a organizar e realizar em 1997 o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA) e, em 1998, a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. A partir daí intensificam-se os debates que se iniciaram nos anos anteriores em defesa de uma escola pública adequada as populações do campo, buscando fazer valer os preceitos constitucionais da Constituição Federal de 1988 (C.F.), que trouxe a garantia do ensino fundamental aos povos do campo, e, em 1996, a LDB veio consolidar esse direito reconhecendo suas especificidades e trazendo autonomia a estas escolas. Em seu artigo 28, ao versar sobre a oferta da educação básica aos povos do campo, destaca a disponibilidade de um sistema de ensino que propicie a adequação às realidades locais de cada região, e adequar assim os conteúdos, com organização própria de acordo com as especificidades da realidade rural e em consonância com as atividades econômicas, climáticas e de trabalho. Com isso, é possível verificar uma ruptura com relação aos ideais da educação rural.

O contexto que deu origem educação rural e a escola rural nas palavras de Sousa (2017, p. 53) “... se constituiu como um projeto educativo orientado pelo modelo de desenvolvimento agrário do país, que negando a cultura camponesa, buscou organizar a mão de obra para o trabalho nas propriedades privadas”. Logo, contribuiu com o modelo do latifúndio capitalista, com o objetivo claro de formar para o aproveitamento da mão de obra. Conforme Silva (2019), esse modelo “... não se comprometeu com uma tomada de consciência da população rural sobre sua condição de oprimida”. Portanto, um modelo de educação antagônico a realidade e a vida dos camponeses que acabou corroborando para a migração do meio rural.

Assim, a educação rural:

... foi instituída pelos organismos oficiais e teve como propósito a escolarização como instrumento de adaptação do homem ao produtivismo e à idealização de um mundo do trabalho urbano, tendo sido um elemento que contribuiu ideologicamente para provocar a saída dos sujeitos do campo para se tornarem operários na cidade (Oliveira & Campos, 2012, p. 238).

Deste modo, o referido modelo de educação tinha como função a inserção e o convencimento de adaptação dos povos do campo a lógica urbana e mercantil de produção, sob a justificativa de que eles se encontravam alheios ao desenvolvimento capitalista.

Nas palavras de Ribeiro (2012, p. 297) dado o processo de colonização de nosso país, construído sobre regime de escravidão com forte predominância de latifúndios, construiu a cultura de desprezo ao aprendizado escolar, pois a força de trabalho que se utilizava não necessitava de qualificação, assim se privava a classe trabalhadora do campo do direito à formação escolar. Sendo assim, a herança que nos foi deixada pelo modelo de educação rural foi:

... de precariedade no funcionamento da escola no campo. Tanto em relação à infraestrutura e aos espaços físicos inadequados, as escolas mal distribuídas geograficamente, quanto à falta de condições de trabalho, salários defasados, ausência de uma formação inicial e continuada ao exercício docente no campo e uma organização curricular descontextualizada da vida dos povos do campo (Sodré, 2013, p. 54).

Este modelo educacional, que ainda se faz presente em muitas escolas do campo, tem sido combatido pela Educação do Campo, que se alicerça nos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras do campo na luta por políticas públicas que compreendam a necessidade da escola no e do campo. Conforme Caldart, a educação do campo “Trata-se de uma educação *dos e para os* sujeitos do campo. Feita através de políticas públicas, mas construídas com os próprios sujeitos dos direitos que as exigem” (Caldart, 2002, p. 27).

Portanto, se coloca a necessidade de valorizar e reconhecer a vida no campo nas suas especificidades, e ao mesmo tempo, propiciar por meio da escola o acesso ao conhecimento com qualidade. Considerando isso, a escola do campo, deve estar inserida num processo que envolve a ciência e a cultura historicamente produzida, potencializando-as para se buscar o desenvolvimento humano em seu sentido amplo. Todavia, sem negligenciar a associação aos contextos locais para dar significado ao conteúdo escolar, pois o processo educativo deve respeitar as identidades dos povos camponeses. Consequentemente, segundo Carmo & Souza (2020, p. 63), “... a educação não pode ser um processo fora ou distante da realidade social e do espaço da vida, assim como a cultura, a economia e todas as outras dimensões”.

Nesse sentido, Sousa (2017, p. 53) entende que a EdoC “... busca considerar em seu debate político e educativo todas as dimensões da formação humana, entendendo que essa formação se faz nos vários espaços de reprodução da vida ...”. Logo, a dinâmica de

articulação junto aos sujeitos do campo converge no reconhecimento da diversidade existente, que é inerente aos povos do campo. Portanto, segundo Faria (2013), o campo é espaço de lutas, de reforma agrária, de educação e acima de tudo de direitos, por isso se faz necessário a articulação da educação e da escola vinculadas as lutas sociais para a formação e a valorização dos indivíduos.

Como resultado da mobilização e luta dos trabalhadores do campo, observa-se a incorporação na pauta do Estado, do debate e de políticas em torno da educação e das escolas do campo, especialmente a partir dos anos de 2000. Como exemplo, podemos citar a publicação, em 2001, pelo Conselho Nacional de Educação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; a Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008, que estabeleceu as diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo e, em 2010, o Decreto nº 7.352, que dispôs sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Este processo nacional foi seguido por muitos estados da federação que buscaram normatizar a oferta da Educação do Campo, incorporando em suas diretrizes a necessidade de atender as especificidades dos povos do campo. No Paraná, em 2006, houve a efetivação das Diretrizes Curriculares para a Educação do Campo (Paraná, 2006) que estabeleceu aos sujeitos do campo, o direito à educação pensada de acordo com a realidade que estão inseridos. (Paraná/Seed, 2006).

Dessa forma, a EdoC, bem como seu reconhecimento por meio de legislações e políticas públicas específicas, é expressão da luta dos trabalhadores do campo pelo direito a educação e a escola do e no campo, estando indissociável do projeto de formação da classe trabalhadora e da necessidade da construção de um novo modelo de desenvolvimento para o campo e para a sociedade, que considere que o campo é lugar de vida, e que os seus sujeitos – camponeses, indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, possuem um modo de produção da vida e relação com a natureza próprios que devem ser valorizados e respeitados. Logo, tal perspectiva se difere de projetos de educação e desenvolvimento alinhados ao agronegócio, que veem o campo como negócio e lucro e que historicamente têm sido dominantes no Brasil. Nestes projetos a escola do e no campo fica à deriva, sobressaindo-se uma política de sucateamento e de fechamento de muitas delas, sendo na maioria das vezes justificado pela diminuição da sua população em idade escolar. Esta questão, somada a outras, evidencia ainda mais a preocupação da Educação do Campo com uma escola que esteja em sintonia com a luta dos trabalhadores do campo e com seus sujeitos, especialmente os jovens.

Assim, a escola do campo, alicerçada na Educação do Campo, se coloca a contribuir significativamente no processo de formação dos jovens. A educação, mais especificamente o Ensino Médio, pode se constituir como um possível propulsor da permanência dos jovens no campo. Sendo este nível de ensino importantíssimo a juventude, conforme Carrano et al. (2007), a escola de Ensino Médio é o lugar que permite aos jovens a sociabilidade sem os adultos, portanto, a escola se faz relevante para a interação juvenil e sua afirmação enquanto sujeitos.

Nesse viés, segundo, Sousa (2017, p. 56) “Por meio da educação do campo se quer construir novos cenários que se oponham a migração como única alternativa para as juventudes rurais construírem seus projetos de vida”. Por isso, para mitigar o atraso histórico a que foi submetido o campo brasileiro e viabilizar condições mais humanas aos povos do campo, nasce como já dissemos anteriormente no seio dos movimentos sociais um projeto de educação do campo que visa valorizar a cultura e a história do povo do campo.

Desta maneira, Sousa (2017) afirma também que através da valorização da agricultura familiar agroecológica, as escolas do campo tendem a contribuir para processos de identificação e de organização das juventudes rurais, e para sua permanência no campo. Entende-se que além disso, é importante que a escola ajude a problematizar as questões que afetam os jovens do campo e que dizem respeito a sua relação com a família e a comunidade, as possibilidades de trabalho e renda, a falta de lazer, entre outras. A escola do campo, atenta aos seus princípios, é chamada a se colocar em diálogo com os jovens e as jovens. E acima de tudo, não desistir de garantir a estes o acesso ao conhecimento científico, crítico e transformador.

Por fim, a escola e a educação do campo têm o desafio de contribuir com um projeto societário que se contraponha aos ditames do capitalismo e de sua ideologia, que possa oferecer aos jovens possibilidades concretas de permanência no campo e de identificação deste como lugar de vida. Portanto:

... é fundamental conhecer os atravessamentos desses jovens bem como suas demandas, se inclinar para a realidade social e escolar desses jovens e compreender seus dilemas, impasses e expectativas, propiciando, assim, possíveis diálogos entre escola e juventude. Esse movimento dinâmico de olhar para esses sujeitos e ampliar suas vozes e narrativas permite que a escola reconfigure suas práticas educativas, sobretudo por se tratar de sujeitos que vêm afirmando presenças, trazendo para o campo pedagógico suas vozes dissonantes; inquietações e resistências frente ao sistema desigual e os mecanismos de manutenção da estrutura social no âmbito da instituição escolar (Barbosa, 2021, p. 04).

Nesse sentido, é perceptível que é de extrema urgência que se rompa com práticas e políticas excludentes que perduram no meio da educação básica brasileira. No caso do Ensino Médio no meio rural, além de ter chegado mais tarde do que deveria, ainda apresenta resquícios da educação rural, em vários casos deslocados da realidade dos jovens estudantes, não formando para a permanência onde nasceram e moram de acordo com suas necessidades formativas. Pois como afirma Freire (2002, p. 104) “... de que é impossível ensinarmos conteúdo sem saber como pensam os alunos no seu contexto real ...”. Processo que tem se agravado com as reformas neoliberais que a todo momento tentam desconstruir os avanços da classe trabalhadora, neste caso, específico, a educação básica para os povos do campo^{vi}.

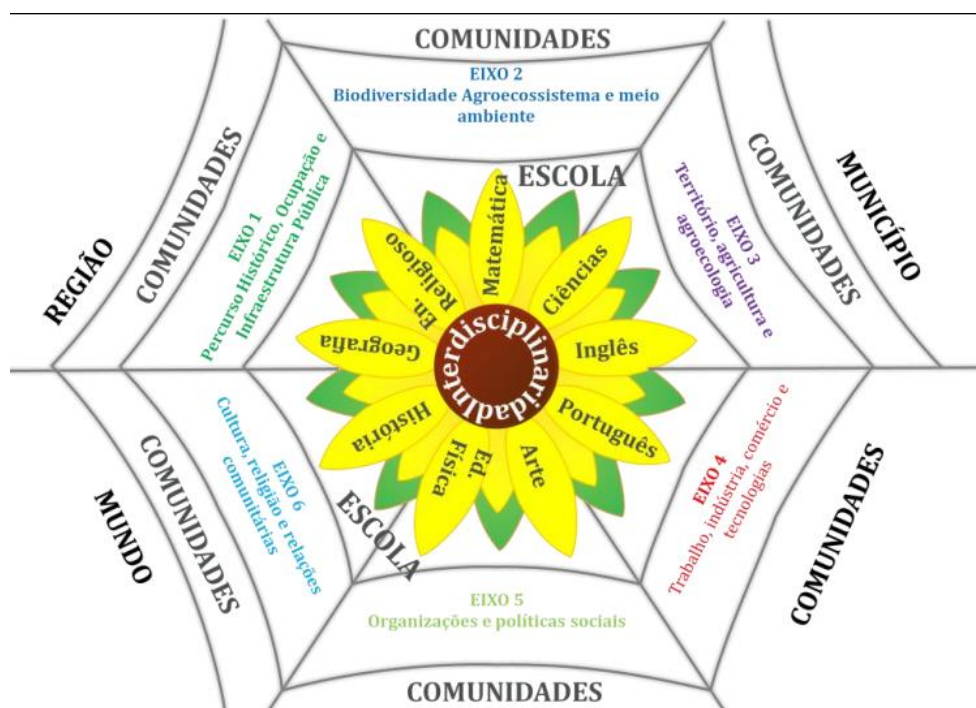
Feita estas considerações sobre a Educação do Campo e sua importância para as juventudes camponesas, debatemos a seguir as práticas realizadas no Colégio Estadual do Campo Paulo Freire e que visam propiciar a aproximação da escola à realidade dos jovens e de suas famílias, num processo educativo que busca se pautar na Educação do Campo e contribuir para a permanência dos jovens no meio rural.

As práticas formativas no Colégio Estadual do Campo Paulo Freire: contribuições e limites para a permanência dos jovens no campo

O Colégio Estadual do Campo Paulo Freire, contando com a colaboração da REFOCAR e GEFHEMP no processo de formação continuada de professores, vem especialmente a partir de 2015, realizando práticas pedagógicas que tem como base a Educação do Campo, o que significa assumir o compromisso de que a escola leve em conta no processo educativo, a realidade dos jovens do campo e de suas famílias.

De acordo com o PPP (2020), parte-se dos fundamentos teóricos relacionados a Educação do Campo, considerando concepção de formação humana, contexto escolar e a realidade da comunidade, destacando que “... a instituição de ensino relaciona o seu contexto com concepções e pressupostos teóricos que mais se aproximam da realidade de sua comunidade escolar”. De modo a destacar o vínculo da escola com a Educação do Campo, apresentamos, a partir da figura 2, os eixos formativos presentes no PPP e que visam à interdisciplinaridade.

Figura 2 - Eixos formativos e interdisciplinaridade.



Fonte: PPP, 2020.

Na figura, no centro destaca-se o girassol, símbolo da Educação do Campo, com suas pétalas sendo as diversas disciplinas, representando os diferentes conhecimentos que, em diálogo com a realidade dos camponeses (seu trabalho, seus saberes), devem proporcionar uma educação interdisciplinar, com base em seis eixos formativos. Observa-se que os conhecimentos e a escola devem estar sintonizados com questões relacionadas ao campo, inserido no contexto local e social mais amplo.

Ressaltamos, portanto, que o Colégio Paulo Freire seguindo o que preceitua a legislação e os preceitos da Educação do Campo, busca transcender as barreiras das contradições impostas pela sociedade atual no que se refere à educação das classes populares do campo e construir uma prática educativa que vá ao encontro dos interesses dos povos do campo, incluindo os sujeitos jovens. Todavia para que isto se efetive na escola a formação continuada de professores desenvolvida pela REFOCAR e GEFHEMP tem sido fundamental. Martins (2020, p. 149) afirma que “... toda a formação continuada é um *processo* e, para assim ser compreendida, mantém uma sólida aproximação entre a realidade local, seus problemas, suas dificuldades, seus sujeitos ...”.

Durante a pesquisa com visitas ao colégio observou-se que existe o engajamento coletivo dos educadores que atuam na escola com a proposta adotada, mesmo havendo alta rotatividade de seu quadro docente e que provoca dificuldades na continuidade do trabalho. Isso fica explícito nas palavras do educador D, quando afirma: “Acredito que a REFOCAR tem um papel fundamental nos dias atuais para os Colégios do Campo, pois possibilita formação aos educadores e um repensar sobre a organização escolar das instituições de ensino do campo”. Isso, vai de encontro ao que diz Caldart (2010, p. 125), “... um coletivo de educadores precisa ter alguma forma de acompanhamento externo que ajude a dinamizar o seu processo de formação e a chamar a atenção para aspectos que a rotina do dia a dia já não deixa enxergar”.

Este processo formativo tem sido importante para que a escola desenvolva práticas em consonância a Educação do Campo. Dentre elas destacamos o Planejamento Coletivo, o Inventário e Dossiê da Realidade, a Varanda da Partilha e os Círculos de Saberes e Conhecimentos^{vii}. Estas práticas, já vinham sendo construídas desde 2015 em parceria com a REFOCAR e GEFHEMP, sendo sistematizadas no caderno Planejamento coletivo interdisciplinar e instrumental metodológico: produção de referências com as escolas públicas do campo (GHEDINI e BERTE, 2018), sendo que buscam aproximar a escola, através de seus educadores, da realidade dos jovens e de suas famílias, bem como dar maior sentido aos conteúdos das disciplinas, buscando a relação deles com a realidade do campo. Abaixo, apresentamos alguns depoimentos de educadores que reforçam esta afirmativa:

Sim. O planejamento dos professores em cada trimestre considera a realidade local dos estudantes através do planejamento coletivo e através do Inventário e Dossiê da Realidade dos Entornos da Escola, documento organizado que trata especificamente da realidade local, associando conteúdo científico e a realidade (Educadora A).

Deste modo, “A escola sempre desenvolve ações como visitas as famílias, varandas de partilhas (gincanas com as famílias e apresentações de alunos no colégio), dividir espaço esportivo para manter e estreitar os laços com a comunidade”. (Educador B). Isto também é salientado pelo educador D, quando afirma que “procura abordar os conteúdos relacionando-os com a vida prática dos alunos”.

Os jovens, por sua vez, destacaram as visitas dos professores as suas residências, como importantes, especialmente na aproximação da escola com suas famílias, “As visitas realizadas pelos professores as nossas casas são importantes, é maneira de aproximar os pais

da escola, até mesmo àqueles que, às vezes, não podem ir até a escola” (Educando 001). “Nossos pais gostam bastante de tudo que a escola realiza, de todos os encontros que a escola realiza e das visitas às casas, acham que isso é importante para nossa formação”. (Educanda 004).

Estas visitas fazem parte das atividades de planejamento e do Inventário e Dossiê da Realidade. Por meio do Inventário objetiva-se que os educadores se aproximem da realidade colhendo dados e informações para a construção do dossiê que objetiva ajudar a subsidiar o processo educativo. O dossiê é assim definido por uma educadora: “um “grande caderno” ... instrumento a ser utilizado no planejamento e também durante as aulas. O Dossiê se organiza em Eixos Formativos, subdivididos em Fontes Educativas e Porções da Realidade” (Educadora A). Esta atividade aparece no PPP^{viii} (2020), estando alinhada as Trilhas Escola-Família:

O tempo-espaço das Trilhas Escola-Família é um momento que se inverte o percurso feito pelos estudantes, utilizando-se o transporte escolar outro e também andando a pé, a equipe diretiva e pedagógica, os professores e agentes educacionais I e II, com o apoio dos motoristas vão às casas onde moram os alunos para uma “visita” e um diálogo com as famílias. Dependendo de cada escola com sua realidade e, também, da situação de cada ano letivo, poderá ser no início do ano ou noutro período. Nestes momentos utiliza-se um roteiro de observação da realidade e levantamento de dados para iniciar ou ampliar o Inventário da Realidade Entornos da Escola.

Portanto, o planejamento coletivo participativo adotado pela escola, em conjunto com as demais atividades realizadas, tem por objetivo destoar das práticas onde o esvaziamento teórico e metodológico costumam fazer parte do processo de ensino. Ou seja, o planejamento nessa perspectiva, objetiva um projeto de “... educação *dos* e não para *os* sujeitos do campo”. Dito isto, o planejamento é elaborado numa perspectiva crítica de orientação do trabalho do professor, buscando assim uma aproximação dos conteúdos abordados com a cultura local. (Ghedini et al., 2020). A perspectiva apresentada por Ghedini é reforçada na fala de uma educadora ao comentar sobre a Jornada de Saberes e Planejamento:

A cada trimestre realiza-se a “Jornada de Saberes e Planejamento” numa semana de trabalhos diferenciados para os professores e estudantes. Os professores avaliam o planejamento coletivo já realizado e, com base no Plano de Trabalho Docente (PTDs), desenvolvem com seus pares o planejamento coletivo do trimestre que se inicia. Nesse mesmo tempo, os estudantes desenvolvem trabalhos e/ou estudos com educadores de outras instituições educativas, com temas previamente planejados, parte do currículo da série (sendo ministrados para reforçar ou destacar aspectos importantes das áreas ou disciplinas)

ou saberes próximos da diversidade cultural e/ou da especificidade do trabalho do campo (Educadora A).

Completando esta atividade, a mesma educadora destaca o Círculo de Saberes e Conhecimentos:

O “Círculo de Saberes e Conhecimentos” trata-se de um momento realizado no final de cada trimestre, onde as turmas de um mesmo período escolar se reúnem e, cada uma delas apresenta Atividades de Encontro das Disciplinas, de modo que o conhecimento apropriado com os estudos realizados pelo planejamento coletivo, seja socializado entre estudantes e professores. Assim, busca-se desenvolver nos estudantes maior capacidade de comunicar seus estudos e aprendizados ao coletivo da escola (Educadora A).

Conseqüentemente, busca-se o compartilhamento do conteúdo programado, debatendo entre estudantes e professores. O que fica explícito nesse momento é a capacidade comunicativa dos estudantes que vai além da escrita, fato que colabora com a apropriação do conhecimento por parte dos educandos (Ghedini, 2020). Esta mesma autora salienta que esta é uma forma de desenvolver nos estudantes a capacidade de expressar seu aprendizado ao coletivo da escola.

Outra atividade desenvolvida pelo colégio é a Varanda da Partilha, que é um momento importante de encontro e partilha entre a escola, famílias e as comunidades próximas, possibilitando estreitar os vínculos sociais da escola com os diversos sujeitos. Segundo o educador B:

No ano de 2022, foram realizadas em duas oportunidades a Varanda da Partilha, na última do ano é de costume realizar uma janta, porém, este ano foi feito um almoço, este ano também foram retomadas a Trilhas Escola Família, estas que são realizadas geralmente três vezes ao ano, neste ano de 2022 foram realizadas por quatro vezes.

Este espaço de convivência criado a partir de práticas comuns como reuniões, almoços e jantares na comunidade, é um espaço onde as famílias compartilham de um momento de apresentação de atividades inerentes ao cotidiano escolar, ou seja, apresentações de trabalhos, mas especialmente de encontro, de integração, de festa, e que servem como possibilidade de interação comunitária. Uma educanda destaca a importância destes momentos para sua família como forma para incentivá-la a permanecer no campo, quando afirma que “meus pais acham importante as visitas, também a Varanda da Partilha e a Festa

das Sementes, pois acham que é também incentivo pra eu ficar no campo, e tudo isso faz parte da nossa realidade aqui” (Educanda 005).

Portanto, o Colégio Estadual do Campo Paulo Freire, busca a partir de diferentes práticas pedagógicas, aproximar a escola da realidade dos jovens e de suas famílias. Para o Educador B este estreitamento dos laços entre escola e família colabora para “a compreensão do trabalho desenvolvido no colégio e a percepção de que as famílias devem participar da formação dos filhos se tornou um processo mais cooperativo”. Por sua vez, sobre a participação dos pais em sua vida escolar, os jovens destacam novamente a importância das visitas dos professores as suas casas, mas afirmam que os pais também vão até a escola: “Sim, meus pais buscam sempre que podem vão até escola e acham importante também quando os professores vão até a nossa casa” (Educando 06); “Sim, buscam sempre acompanhar o andamento dos meus estudos indo até a escola quando é necessário” (Educando 08).

A relação escola-família-comunidade se constitui como importante na Educação do Campo, pois fortalece a comunidade e a vida no campo, e ao mesmo tempo, contribui para que o processo formativo propiciado pela escola se dê a partir da realidade dos seus sujeitos. Ghedini et al. (2020, p. 391) afirma que o envolvimento da escola com a comunidade propicia “... conhecer a realidade empírica dos sujeitos do campo a fim de produzir vínculos estabelecidos com a realidade das famílias a fim de ampliar a ação pedagógica específica da escola”. Este processo, conforme demonstrado no Colégio Paulo Freire, faz parte do planejamento escolar, sendo materializada nas visitas dos educadores as famílias, bem como dos pais a escola, em momentos como a Varanda da Partilha, entre outros. Assim, a escola também contribui para a valorização das famílias e do local onde os jovens rurais vivem e, de acordo com Wanderley (2007), a família e o ambiente social próximo, além de espaços específicos para os jovens do campo, são traços que, de uma forma ou de outra, marcam a vida cotidiana destes sujeitos.

A escola, portanto, se constitui como espaço importante para os jovens e a comunidade. Conforme o educador B, “é através da escola que é possível desenvolver diversas atividades, manter as relações entre as pessoas que habitam as comunidades e isso é primordial para o fortalecimento da comunidade como um todo”. De acordo com Martins (2020), a comunidade está no centro da identidade da instituição escolar, onde os vínculos entre as pessoas são cultivados, sendo importante elo para a organização social, política e cultural. Por isso, segundo o autor a escola é para a comunidade “... a perspectiva de futuro, à

socialização ... um espaço escolar que, apesar da dureza das circunstâncias, do descaso estatal e de todos os preconceitos, a esperança é uma constante” (Martins, 2020, p. 31).

Com isso, podemos dizer que, tanto nas palavras dos educadores A e B, estão convictos de que a escola está seguindo o planejado, na construção coletiva do PPP, pois “enquanto escola do campo, intencionamos compreender o campo como um modo de vida social que contribui para auto afirmar a identidade dos sujeitos que nela vivem, para valorizar o seu trabalho, a sua história, o seu jeito de ser e os seus conhecimentos” (PPP, 2020, p. 66). De acordo com a educadora C:

Com o andamento do trabalho na escola, já noto que a forma que se é trabalhada a proposta adotada, trazendo ao debate com os educandos a realidade que envolve o cotidiano deles, percebe-se que é importante para a formação destes jovens, pois se desenvolve maior interesse por questões que fazem parte do seu contexto enquanto jovens do campo.

Neste sentido, é importante a preocupação da escola em valorizar e defender a cultura do campo. De acordo com a educadora A:

A defesa da cultura rural e efetivação dos direitos acontece principalmente no processo de articulação das escolas do campo, no trabalho diferenciado que é organizado pelas escolas do campo, que pensam nos sujeitos no campo e planejam uma educação voltada para essas especificidades.

Arroyo (2011, p. 78) destaca que “a escola se vincula, sobretudo, às matrizes culturais do povo, da comunidade, às matrizes culturais do campo”. Nesta concepção, a escola é local de formação humana, sobretudo, de valorização daquilo que o cerca, ou seja, de conteúdo cultural construído ao longo da história. Caldart (2012, p. 550) afirma que “é a atividade humana que forma o ser humano; mas a atividade que humaniza mais radicalmente é aquela que exige a autotransformação que passa pela compreensão teórica da realidade” (Caldart, 2012, p. 550). Nesse sentido, de compreensão da realidade humana, é que colocamos a escola vinculada aos processos culturais inerentes aos processos produtivos e sociais. Desta maneira, destacamos a afirmação do educador “B” com relação a preocupação com a cultura rural dentro do planejamento coletivo:

Sim, no colégio realiza a prática do planejamento coletivo entre os professores e este elemento da cultura rural, da cultura agrícola local e familiar e dos aspectos históricos e de direitos são colocados aos professores através de um dossiê da realidade local para que eles incluam em seus planejamentos.

Dentre os propósitos do Colégio Paulo Freire em estabelecer a relação mais direta com a comunidade a envolvendo nos seus processos formativos está a preocupação em contribuir para a permanência dos jovens no campo, já que isto tem impacto para a continuidade da vida no campo. Quanto a isso, os professores participantes da pesquisa, apresentam preocupação, principalmente pela rotatividade^{ix} de professores, e novamente destacam a importância da REFOCAR como instrumento de formação: “Isso faz com que os educadores, principalmente os que estão há pouco tempo trabalhando no colégio, vão se adaptando a realidade e a proposta adotada, tudo isso objetivando uma formação que possa colaborar com a permanência dos jovens no campo”. (Educador B). Já a educadora C, relatou que:

Sinto-me entusiasmada com a possibilidade de mais jovens estudantes optarem por permanecer ou até mesmo aqueles que já saíram, possam voltar para o campo, por alguns fatores, seja pela proposta pedagógica adotada, a qual busca refletir sobre a sucessão das gerações dos camponeses, seja pela inserção de tecnologias no meio rural e a valorização das atividades da agricultura familiar, da questão da agroecológica que tende a buscar a sustentabilidade no campo.

O educador B, também traz sua opinião nesse sentido, e afirma que “alguns dos educandos já começam a ver o campo como lugar de riqueza natural e com perspectiva de um futuro melhor, com inserção de novas tecnologias que venham possibilitar melhor qualidade de vida para os povos do campo”.

Embora os professores apresentem uma visão otimista quanto à permanência dos jovens no campo, já estes reconhecem que, a escola contribui com seu processo formativo e humano, somente três se mostraram convictos em permanecer. Destacamos dois relatos que manifestaram este desejo: “Eu tenho interesse sim em me estabelecer para sempre aqui no campo, penso que é o meu projeto de vida para o futuro, a escola e a minha família colaboram para isso” (Educando 001).

Pretendo permanecer residindo aqui no campo, apesar de termos dificuldades, temos tranquilidade e uma vida saudável, por isso tenho como projeto para o futuro buscar uma formação na cidade e permanecer no campo para dar continuidade ao que meus pais têm (Educanda 004).

Todos os demais, num total de 10, relataram o desejo em deixar o meio rural, apontando as dificuldades que eles e suas famílias enfrentam como sendo preponderantes na decisão de deixar o campo, dentre as mais citadas, estão a dificuldade de acesso à cidade

pelas estradas que nem sempre estão em boas condições de transitar, a dificuldade para dar continuidade aos estudos devido ao grande deslocamento até a área urbana, a falta de acesso ao lazer que, segundos eles, na cidade é maior, etc.

Quando o tema é acesso a bens de consumo, destaca-se o acesso à tecnologia. Os jovens educandos sentem a dificuldade de se ter acesso, por exemplo, a sinal de internet de melhor qualidade na área rural, pois segundo o educando 003, “mesmo que seja rápida a evolução dos meios de tecnológicos e de informação, parece-nos que aqui no meio rural tudo chega com maior dificuldade, isso que antes era pior”. Ainda, se tratando de acesso à internet, os educandos relataram que durante o período pandêmico, foi mais difícil a condução dos estudos, pois não havia sinal de internet com qualidade.

Quando questionados em relação ao lazer nas comunidades, por exemplo, no encontro realizado com os jovens na escola, todos concordaram quando a educanda 001 disse: “nós somos em poucos jovens que restam ainda nas comunidades, isso dificulta para que haja algum evento esportivo, por exemplo, ou fazer para todos se reunirem”.

Muitas destas dificuldades foram potencializadas, em decorrência da pandemia da COVID-19, houve maior afastamento das pessoas umas das outras, mesmo sendo na área rural. Posteriormente a pandemia, dificuldades financeiras, vem dificultando a elaboração de festas, diminuindo o público visitante, desmotivando a comunidade, por mais que entre eles há reciprocidade e cooperação. Conforme a educadora C:

Há uma certa perda das mobilizações no que se refere as festividades da comunidade, eventos relacionados a igreja local, como festas da comunidade, matinés, estes estão ficando mais difíceis de se fazer, com isso há uma perda de hábitos valorosos para a cultura camponesa e a convivência entre os jovens principalmente, isso é ruim.

Deste modo, propiciar que as comunidades campo se tornem espaços de sociabilidade, é primordial para a juventude no meio rural. Assim sendo, se torna imprescindível o espaço constituído pelo grupo de amigos e das famílias para a preservação das formas de lazer e o cultivo dos encontros entre os que vivem na comunidade.

Nesse sentido, Carneiro (2007, p. 63) afirma que: “Diminuir a distância em relação aos jovens da cidade no que diz respeito à educação, à informação e ao lazer é uma reivindicação comumente encontrada no meio rural”. Com isso, é importante para a permanência dos povos no campo que eles sejam atendidos no que diz respeito aos serviços públicos de saúde, acesso ao lazer, melhorias de acesso as suas casas, etc. Assim sendo,

Wanderley (2007) destaca que ao estudarmos a juventude, entendemos uma dupla dinâmica social, pois os espaços urbano e rural se entrelaçam e dão conteúdo a experiência desses jovens, inserindo-os na sociedade.

Outra questão, que apareceu na pesquisa, embora os jovens não tenham apontado ela como motivadora para a saída do campo se refere a participação nas decisões familiares. Entre os jovens participantes, 4 responderam que sempre participam das decisões familiares; 06 disseram participar às vezes das conversas e decisões familiares e 3 afirmaram que participam somente quando se trata do futuro deles, um destes jovens afirma: “somente quando se refere ao meu futuro, coloco minha opinião para que meus pais entendam o que eu quero”. A partir dos resultados podemos afirmar que, embora haja a participação, ela ainda é tímida. Wanderley destaca que “o compromisso dos jovens com a família é indispensável ao funcionamento e a reprodução da unidade produtiva e se expressa, especialmente, na sua participação no sistema de atividades familiar”. (Wanderley, 2007, p. 24). Entendemos que quando esse compromisso não é suficientemente forte, isto pode se constituir como fator que contribua para a saída dos jovens do campo. Isto se coloca também como um desafio a escola: como contribuir para tornar as relações familiares mais participativas, que incluam os jovens? Isso seria possível, estaria ao seu alcance?

Enfim, sem dúvida é necessário:

Se inclinar para a realidade social e escolar desses jovens e compreender seus dilemas, impasses e expectativas, propiciando, assim, possíveis diálogos entre escola e juventude. Esse movimento dinâmico de olhar para esses sujeitos e ampliar suas vozes e narrativas permite que a escola reconfigure suas práticas educativas sobretudo por se tratar de sujeitos que vêm afirmando presenças, trazendo para o campo pedagógico suas vozes dissonantes; inquietações e resistências frente ao sistema desigual e os mecanismos de manutenção da estrutura social no âmbito da instituição escolar (Barbosa, 2021, p. 04).

Assim, nas palavras de Bogo (2013), a escola do campo como palco de resistência, tem de ter a clareza e estar alicerçada no projeto de produção da vida material, política, social e conseqüentemente com o projeto de sociedade que se almeja. Desta maneira, a proposta que a escola pesquisada adotou, tem em sua essência muito nítida a resistência, diante da investida de organismos privados de descomprometimento com a educação do campo e chancelados pelo próprio poder público.

Ressaltamos de acordo com Leão (2011, p. 114), que:

Não se trata de uma escola redentora da sociedade, mas que cria mecanismos para que as desigualdades produzidas em outras esferas (do trabalho, das relações raciais e de gênero etc.) não se transformem em desigualdades escolares. É também uma escola preocupada em não produzir outras desigualdades.

O referido autor ainda salienta que, a escola pode continuar a prometer um futuro próspero, mesmo que as juventudes desconfiem de tal promessa, diante das incertezas que a sociedade apresenta, por outro lado, ela pode ser ponto de referência para as juventudes do campo, à medida que traz para seu interior o debate sobre as dificuldades, anseios e as possíveis alternativas para a solução das demandas que surgem.

Deste modo, afirmamos que embora o Colégio Paulo Freire, não de conta de sanar dificuldades para a permanência dos jovens no campo, ele busca, orientado pela Educação do Campo, produzir práticas pedagógicas que aproximam a escola da realidade dos jovens e de suas famílias, e ao mesmo tempo, possibilita a problematização pelos jovens da realidade em que vivem.

Por sua vez, vários são os problemas enfrentados pela escola para efetivar sua proposta, entre eles, destacou-se nesta pesquisa, a rotatividade dos professores que trabalham na escola e sua condição de trabalho, a maioria deles, contratados temporariamente, a preocupação com o Novo Ensino Médio, baseado em competências e habilidades que vão numa direção contrária à Educação do Campo. Por outro lado, os jovens reclamaram das dificuldades em relação ao transporte, lazer, acesso as tecnologias, continuidade dos estudos ao findar o ensino médio, como empecilhos para um projeto futuro que tenha o campo como alternativa de vida. Assim, temos de criar condições claras e economicamente viáveis para a permanência da juventude no campo.

Considerações finais

Neste artigo buscamos analisar os processos formativos escolares presentes no Colégio Estadual Paulo Freire, situado no Assentamento Missões em Francisco Beltrão-Paraná e suas contradições no que se refere à permanência dos jovens no campo. Partimos da concepção de Educação do Campo, entendida em oposição à educação rural e que teve sua gênese no MST, sendo resultado das lutas dos trabalhadores do campo pelo direito a terra e a educação. Ela propõe uma educação que socialize o conhecimento, sem desconsiderar a realidade concreta e os sujeitos do campo, no seu jeito de ser, no seu modo de vida, nos seus

saberes. Ainda, se coloca como inserida na luta pela Reforma Agrária e a transformação social. Logo, assume um conteúdo de classe.

A partir da análise do PPP e dos questionários respondidos por educadores e educandos, concluímos que escola em questão, embasada na Educação do Campo, busca construir novas práticas educacionais, mesmo imersa em universo repleto de contradições.

Dentre estas práticas educativas destacamos o planejamento coletivo, dossiê da realidade, jornada de saberes e planejamento e varanda da partilha. Especialmente para os educadores estas práticas educativas têm sido importantes no processo formativo dos estudantes haja vista que buscam aproximar a escola e os conhecimentos da realidade do campo, das famílias e dos jovens, considerando suas necessidades, bem como construir um processo educativo baseado na coletividade. Em relação aos jovens, eles também enfatizaram a importância delas, especialmente no que concerne à aproximação com suas famílias. É importante considerar que mesmo que muitas destas práticas tenham sido prejudicadas devido ao período pandêmico, os jovens pesquisados, fizeram referência a elas como presente no seu processo formativo, já que todos eles, com uma única exceção, encontram-se na escola desde o Ensino Fundamental.

Cabe reforçar, para que as práticas pedagógicas citadas e realizadas junto aos jovens do ensino médio sejam possíveis na escola, a formação continuada dos educadores realizada em parceria com REFOCAR e o GEFHEMP tem sido fundamental, especialmente num contexto de grande rotatividade dos professores. Os educadores destacaram a importância desta parceria para contribuir no trabalho coletivo e em práticas educativas consoante a Educação do Campo.

É importante frisar que, que um dos grandes desafios enfrentados na escola é a rotatividade de educadores, pois como citado, a maioria, é contratada via Processo Seletivo Simplificado, fato que fragiliza o corpo docente das escolas no que se refere ao vínculo e identificação com a escola. Por outro lado, esta rotatividade e contratação temporária como características da escola, demonstra como os professores cada vez mais estão inseridos no processo de precarização do trabalho que marca o capitalismo flexível.

Por fim, embora haja o esforço da escola em contribuir com a permanência dos jovens no campo, identificamos que entre os jovens aqui pesquisados o projeto de futuro por eles visualizado tem a saída como horizonte e somente três disseram querer permanecer. Embora as relações familiares tenham aparecido como umas das possíveis razões, aquelas que de fato foram citadas pelos jovens relacionam-se a falta de infraestrutura da vida no campo, estradas

ainda precárias, falta de lazer, dificuldades no acesso à internet, dificuldades para continuidade dos estudos. Além disso, a própria diminuição do número de jovens no campo apareceu como empecilho para a maior sociabilidade juvenil. Consequentemente, em busca de melhor qualidade de vida, expressam a possibilidade de migrar do campo para a cidade.

Porém, mesmo sendo ainda poucos os jovens que estão convictos em permanecer no campo, a escola vem ao longo dos últimos anos buscando a partir dos marcos teórico-metodológicos da Educação do Campo e com a formação continuada, realizar uma prática pedagógica que contribua com a permanência e identificação dos jovens com o campo. Mas a escola não basta para resolver os problemas do campo, são necessárias políticas e investimentos públicos que priorizem o campo como lugar de vida.

Diante do exposto, destacamos o papel fundamental que tem a escola do campo como ambiente de resistência e luta da classe trabalhadora. Neste sentido, caracteriza-se como ambiente de lutas, diante das desigualdades que o sistema de produção capitalista nos coloca. Sendo assim, a escola é de grande importância para um projeto societal que priorize a vida.

Referências

Arroyo, M. G. (2011). A Educação básica e o movimento social do campo. In Arroyo, M. G. et al. (Orgs.). *Por uma educação do campo* (pp. 65-86). 5ª ed. Petrópolis, R.J.: Vozes.

Barbosa, J. S. (2021). Juventude(s): afinal, que sujeitos sociais são estes? *Cadernos Do Aplicação*, 34(1), 831-848.

Bogo, A. (2013). A questão da Educação do Campo e as contradições da luta pelo direito. In Nascimento, A. D. et al. (Orgs.). *Educação do Campo e contemporaneidade* (pp. 91-108). Salvador: EDUFBA.

Bonamigo, C. A., Belletini, K. (2020). Levantamento das escolas públicas estaduais do campo na região Sudoeste do Paraná: NRE de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Pato Branco. In Ghedini, C.M. & Bonamigo, C. A. (Orgs.). *Educação do campo: pesquisas, estudos e práticas no Sudoeste do Paraná* (pp. 227-244). Jundiaí: Paco Editorial.

Bonamigo, C. A. et al. (2020). Fechamento das escolas públicas do campo da região Sudoeste do Paraná: um panorama histórico. In Ghedini, C.M. & Bonamigo, C. A. (Orgs.). *Educação do campo: pesquisas, estudos e práticas no Sudoeste do Paraná* (pp. 197-226). Jundiaí: Paco Editorial.

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. 4. Ed. São Paulo: Saraiva.

Brasil. (2010). Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010. *Dispõe sobre a olímpica pública de Educação do Campo e paradigma social de educação na Reforma Agraria – PRONERA.*

Brasil. (2008). Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008. *Estabelece Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento da Educação Básica do Campo.* Brasília: DF.

Brasil. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96.* Brasília. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

Caldart, R. S. (2002). Por uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção. In Kolling, E. J., Cerioli, P. R., & Caldart, R. S. (Orgs.). *Educação do Campo: identidade e políticas públicas* (pp. 25-36). Brasília, DF: articulação nacional Por uma educação do Campo.

Caldart, R. S. (2012). Pedagogia do movimento. In Caldart, R. S. et al. (Orgs.). *Dicionário de educação do Campo* (pp. 546-553). Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.

Carmo, M. S., & Souza, H. F. (2020). Educação do campo e a articulação com os saberes locais. In Souza, A. J., & Souza, H. F. (Orgs.). *Educação no/do campo: Entre o percebido e o vivido* (pp. 59-68). Curitiba: CRV.

Carneiro, M. J. (2007). Juventudes e novas mentalidades no cenário rural. In Carneiro, M. J. & Castro, E. G. (Orgs.). *Juventude rural em perspectiva* (pp. 53-66). Rio de Janeiro: Mauad X.

Carrano, P. C. (2007). Sementes da memória: um documentário sobre jovens (e) quilombolas. In Carneiro, M. J., & Castro, E. G. (Orgs.). *Juventude rural em perspectiva* (pp. 261-277). Rio de Janeiro: Mauad X.

Costa, M. F., & Müller, R. (2021). Flexibilização e precarização do trabalho docente: uma análise das condições de trabalho dos professores admitidos em caráter temporário no magistério público de Santa Catarina. *Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho*, 1(53), 181-197.

D'Agostini, A. (2012). A educação do campo na educação brasileira: contradições e perspectivas. *Revista de Educação*, 37(3), 453-468.

Faria, E. M. S. (2013). Educação de jovens e adultos no campo: da estigmatização ao protagonismo. In Nascimento, A. D., Chaves, R. M. R., & Sodré, M. D. B. (Orgs.). *Educação do campo e contemporaneidade* (pp. 239-251). Salvador: EDUFBA.

Ghedini, C. M. (2020). Ressignificação de práticas pedagógicas e formação de professores das escolas públicas do campo na região Sudoeste do Paraná. In Ghedini, C. M., & Bonamigo, C. A. (Orgs.). *Educação do campo: pesquisas, estudos e práticas no Sudoeste do Paraná* (pp. 311-331). Jundiaí – SP: Paco Editorial. 484 p.

Ghedini, C. M. (2020). Processo de rearticulação da escola pública do campo na modalidade de educação básica do campo – 2015-2016. In Ghedini, M. C. & Bonamigo, C. A. (Orgs.). *Educação do campo: pesquisas, estudos e práticas no Sudoeste do Paraná* (pp. 385-405). Jundiaí. SP: Paco editorial.

Ghedini C. M., & Berté, R. (2018). *Planejamento coletivo interdisciplinar e instrumental metodológico: produção de referências com as escolas públicas do campo – Sudoeste do PR*. Francisco Beltrão: UNIOESTE.

Ibge. (2015). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Recuperado de: <http://www.ibge.gov.br>.

Ibge. (2020). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Recuperado de: <http://www.ibge.gov.br>.

Inep (2019). INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatísticas da Educação Básica. Brasília: Inep. Recuperado de: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>.

Inep (2020). Sinopse Estatísticas da Educação Básica 2019. Brasília: Inep. Recuperado de: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>.

Leão, G. (2011). Entre sonhos e projetos de jovens, a escola. In Dayrell, J; M. I. C. Moreira, & M. Stengel. (Orgs.). *Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades* (pp. 99-116). Belo Horizonte: Ed. PUC Minas.

Martins, F. J. (2020). *A escola e a educação do campo*. São Paulo: Pimenta Cultural.

Oliveira, L. M. T., & Campos, M. (2012). Educação básica do campo. In Caldart, R. S. et al. (Orgs.). *Dicionário de Educação do Campo* (pp. 237-244). Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.

Paraná. (2006). *Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná – Educação do Campo*. Curitiba/PR.

Paraná. (2020). *Consulta Escolas*. Curitiba: SEED/PR.

Ribeiro, M. (2012). Educação rural. In Caldart, R. S. et al. (Orgs.). *Dicionário de educação do Campo* (pp. 293-299). Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.

Silva, M. M. (2019). *O ensino médio para os jovens do campo na região de Uberlândia* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Catalão.

Sodré, M. D. B. (2013). Educação do campo: discutindo aspectos da ação de identificar. In Nascimento, A. D., Chaves, R. M. R, & Sodré, M. D. B. (Orgs.). *Educação do Campo e contemporaneidade* (pp. 47-62). Salvador: EDUFBA.

Sousa, K. C. (2017). Juventudes rurais e educação do campo: Projetos de vida em construção. In Joca, A. M., & Fernandes, D. G. (Orgs.). *Juventudes: Possibilidades em movimento* (pp. 51-61). Curitiba: CRV.

Wanderley, M. N. B. (2007). Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In Carneiro, M. J., & Castro, E. G. (Orgs.). *Juventude rural em perspectiva* (pp. 21-33). Rio de Janeiro: Mauad X.

¹ A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e todos os participantes e, no caso dos jovens, também seus responsáveis, concordaram em participar e assinaram o termo de consentimento livre esclarecido.

² Acreditamos que muitos não se sentiram à vontade em responder dada a rotatividade dos educadores na escola, sendo que para a maioria deles, 2022 foi o primeiro ano de trabalho na instituição.

³ Para preservar a identidade daqueles que participaram da pesquisa optamos por denominá-los como Educando seguido por uma letra do alfabeto, como exemplo: Educando A, Educando B e assim sucessivamente.

⁴ Com a participação do Colégio Estadual do Campo Paulo Freire, (PPP, 2020).

⁵ Utilizamos Movimento com letra maiúscula para nos referirmos ao MST.

⁶ Embora não tenha sido objeto deste artigo, quando da realização da pesquisa, a escola já sentia as dificuldades advindas com o Novo Ensino Médio. Ressaltamos que o Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), manifestou-se contrário ao Novo Ensino Médio.

⁷ No período pandêmico tanto a formação de professores como diversas práticas pedagógicas desenvolvidas em conjunto com a comunidade tiveram que ser interrompidas, sendo retomadas em 2022. Porém, elas foram lembradas por alunos e professores que já se encontram a mais tempo na escola, destacando sua importância.

⁸ Lembrando que este (PPP), foi elaborado para ano de 2020, porém, neste ano no mês de março teve início a pandemia da COVID-19, sendo que a partir deste momento as aulas deixaram de ser de forma presencial e consequentemente os eventos pela escola desenvolvidos.

⁹ A Reforma do ensino Médio (Lei nº 13.415/17) e da Base Nacional Curricular (BRASIL, 2017) ensejaram a precarização do trabalho docente, principalmente com admissão de educadores via contratos temporários, o que causa muita rotatividade de docentes nas escolas. (Costa & Mueller, 2020).

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 11/04/2023
Aprovado em: 12/12/2024
Publicado em: 30/06/2024

Received on April 11th, 2023
Accepted on June 12th, 2024
Published on June, 30th, 2024

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Cordeiro, G. M., & Martins, S. A. (2024). As práticas educativas do Colégio Estadual do Campo Paulo Freire em Francisco Beltrão – PR e a permanência dos jovens no meio rural. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 9, e16153.

ABNT

CORDEIRO, G. M.; MARTINS, S. A. As práticas educativas do Colégio Estadual do Campo Paulo Freire em Francisco Beltrão – PR e a permanência dos jovens no meio rural. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 9, e16153, 2024.